



ORDEM DOS  
ADVOGADOS



## FISCALIZAÇÃO CONCRETA DA CONSTITUCIONALIDADE: CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Organização: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas/Ordem dos Advogados**

### **Responsáveis:**

**Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro/Dr.<sup>a</sup> Mariana Melo Egídio**

A ordem jurídica portuguesa prevê que nenhum tribunal deve aplicar normas que colidam com a Constituição, ou com princípios nela estabelecidos. Desta forma, as questões de compatibilidade com a Constituição podem ser levantadas junto de qualquer tribunal e não apenas perante o Tribunal Constitucional.

A observação da prática judicial aponta para um sucesso muito reduzido dos requerimentos de não aplicação de normas com fundamento em inconstitucionalidade apresentados pelas partes em tribunais *a quo* e no Tribunal Constitucional.

A falta de formação específica relativa ao modo de litigar em matéria constitucional, associada à fraca perceção da jurisprudência do Tribunal Constitucional ajudam a explicar porque não é conhecido do mérito de muitos recursos apresentados junto deste último.

Com este curso pretende-se centrar a análise na fiscalização concreta da constitucionalidade, que representa a maior parte dos processos de que se ocupa o Tribunal Constitucional. Avaliar a sua jurisprudência e perceber as razões que determinam o não conhecimento do mérito da larga maioria dos recursos são os objetivos fundamentais deste curso.

O curso será ministrado às sextas-feiras (18h 30m/20h 30m) e aos sábados (10h/12h). Será realizado nos meses de fevereiro e março. Cada sessão terá a intervenção de um palestrante com a duração de 50/55m, sendo a segunda hora ocupada com a análise de decisões de tribunais (maioritariamente do Tribunal Constitucional) com a presença do Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro e da Dr.<sup>a</sup> Mariana Melo Egídio.

São indicadas as datas das sessões, bem como os palestrantes.



ORDEM DOS  
ADVOGADOS

**ICJP**  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
JURÍDICO-POLÍTICAS



### Calendarização das aulas:

- **Dia 20 de fevereiro de 2015:**

Sessão de abertura: Dra. Elina Fraga, Bastonária da Ordem dos Advogados

Professor Doutor Jorge Miranda - Presidente do ICJP

Tema: “A fiscalização concreta no âmbito da fiscalização da constitucionalidade na Constituição de 1976”

- **Dia 21 de fevereiro de 2015:** Professor Doutor Jorge Reis Novais

Tema: “Avaliação crítica do sistema português de fiscalização concreta da constitucionalidade”

- **Dia 27 de fevereiro de 2015:** Professora Doutora Isabel Alexandre, ex-assessora do Tribunal Constitucional

Tema: “Objeto e tramitação do recurso de constitucionalidade para o Tribunal Constitucional em fiscalização concreta”

- **Dia 28 de fevereiro de 2015:** Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca, juiz do Tribunal Constitucional jubilado

Tema: “A metodologia das decisões do Tribunal Constitucional em fiscalização concreta da constitucionalidade”

- **Dia 6 de março de 2015:** Juiz Conselheiro Carlos Lopes do Rego, Supremo Tribunal de Justiça

Tema: “A natureza normativa do recurso de constitucionalidade e os pressupostos do recurso previsto na alínea b) do art. 70º da Lei do TC”

- **Dia 7 de março de 2015:** Professor Doutor Miguel Prata Roque, ex-assessor do Tribunal Constitucional



ORDEM DOS  
ADVOGADOS



Tema: “Um contencioso constitucional com supéravit de formalismo? - O Tribunal Constitucional entre o princípio do pedido e a garantia dos direitos fundamentais”

- **Dia 13 de março de 2015:** Mestre Raquel Alexandra Brízida Castro  
Tema: "Omissões Normativas Inconstitucionais, Fiscalização Concreta da Inconstitucionalidade e Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado"
- **Dia 14 de março de 2015:** Mestre Paulo Saragoça da Matta  
Tema: “O processo penal na fiscalização concreta da constitucionalidade”
- **Dia 20 de março de 2015:** Dr.<sup>a</sup> Mariana Melo Egídio  
Tema: “Manutenção do atual modelo de fiscalização ou alteração de modelo: um sistema concentrado com reenvio prejudicial e recurso de amparo?”
- **Dia 21 de março de 2015:** Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro  
Tema: “Justiça constitucional em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade”

**Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa**

**Informações:**

**Local:** FDUL, em sala a indicar

**Propina:** 600€ / 450€ para advogados-estagiários e advogados

**Prazo de inscrições:** desde já até ao dia 16 de fevereiro de 2015.

**Numerus clausus:** 30 alunos

**Informações:** Dra. Telma Oliveira, 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira das 11h30 às 13h30 e das 14h30 às 19h30

Tel: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330 - E-mail: [icjp@fd.ul.pt](mailto:icjp@fd.ul.pt)

[www.facebook.com/icjp.pt](http://www.facebook.com/icjp.pt) - [www.icjp.pt](http://www.icjp.pt)